

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



RESENHA DA PUBLICAÇÃO “BALANCE PRELIMINAR DE LAS ECONOMÍAS DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE” – CEPAL, 2003

Luciana da Silva Teixeira

Consultora Legislativa da Área IX
Política e Planejamento Econômicos,
Desenvolvimento Econômico
Economia Internacional

ESTUDO

MARÇO/2004



Câmara dos Deputados
Praça 3 Poderes
Consultoria Legislativa
Anexo III - Térreo
Brasília - DF



No presente estudo, descrevemos o panorama econômico da América Latina e do Caribe, em 2003, tendo como subsídio o relatório intitulado “Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe”, produzido pela Comissão de Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL).

Para tanto, elaboramos um sumário do supracitado relatório que pretende, em poucas páginas, abordar aspectos mais marcantes e relevantes para essas economias e, assim, fornecer um perfil do desempenho econômico desta região no ano de 2003.

Ademais, com o intuito de aprofundar a análise econômica, tratamos, separadamente, questões relacionadas ao setor externo e ao desempenho interno da região, seguindo a disposição que consta do relatório da CEPAL. A condução e os resultados de política econômica – fiscal, cambial e monetária - também foram descritos. Essas seções foram subdivididas, de forma a proporcionar maior detalhamento dos tópicos, conforme listado, a seguir, no índice do estudo.

Por fim, redigimos resenhas sobre cada economia da região, de tal forma a fornecer os principais indicadores econômicos de cada país e as características mais marcantes por que passaram essas economias em 2003.

ÍNDICE

1. SUMÁRIO.....	4
2. SETOR EXTERNO	7
2.1 Termos de Troca	8
2.2 Entrada de capitais	8
2.3 Pagamento de fatores de produção e investimento direto	9
2.4 Endividamento externo	10
2.5 Balança comercial	10
2.6 Conta corrente do balanço de pagamentos.....	11
2.7 Dívida externa	12
3. POLÍTICA MACROECONÔMICA	12
3.1 Política Fiscal.....	12
3.2 Política Cambial	13
3.2 Política Monetária.....	15
4. DESEMPENHO INTERNO	16
4.1 Crescimento e Investimento.....	16
4.2 Inflação	18
4.3 Empregos e Salários	19
5. AMÉRICA DO SUL.....	21
5.1 Argentina.....	21
5.2 Bolívia	22
5.3 Brasil	22
5.4 Chile	24
5.5 Colômbia.....	24
5.6 Equador.....	24
5.7 Paraguai	25
5.8 Peru	25
5.9 Uruguai	26
5.10 Venezuela.....	26
6. MÉXICO E AMÉRICA CENTRAL.....	27
6.1 Costa Rica	27
6.2 El Salvador.....	27
6.3 Guatemala	27
6.4 Honduras.....	28
6.5 México	28
6.7 Nicarágua	28
6.8 Panamá	29
7. CARIBE.....	29
7.1 Bahamas	29
7.2 Barbados.....	29
7.3 Belize.....	29
7.4 Cuba	30
7.5 Guiana	30
7.6 Haiti.....	30
7.7 Jamaica.....	30
7.8 República Dominicana.....	30
7.9 Suriname.....	31
7.10 Trinidad e Tobago.....	31
7.11 Países da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS).....	31

© 2004 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citada a autora e a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

PANORAMA DAS ECONOMIAS DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE - 2003¹

Luciana da Silva Teixeira

1. SUMÁRIO

A América Latina e o Caribe cresceram 1,5% em 2003. Em 2002 houve uma redução do PIB da região de 0,4%. A recuperação verificada é, no entanto, insuficiente para reverter a estagnação dos últimos anos. Desde 1998 até hoje, a região cresceu a uma taxa média de apenas 1,3% ao ano. Por sua vez, o PIB *per capita* de 2003 foi 1,5% inferior ao de 1997.

Para crescer é imprescindível recuperar a poupança e os investimentos. Entretanto, o nível atual da formação bruta de capital fixo é 12,5% inferior ao de cinco anos atrás. É importante frisar que os países da região poupam menos que outras economias emergentes do mundo.

Apesar do leve aumento na taxa de ocupação, o desemprego na região continuou elevado (10,7%). Estima-se que há 16,7 milhões de desempregados urbanos. A pobreza também aumentou e compreende 44% da população da América Latina e do Caribe, isto é 227 milhões de pessoas. Em 2003, havia 20 milhões a mais de pobres do que em 1997.

¹ Resenha da publicação “Balance preliminar de las economías de America Latina y el Caribe” da Divisão de Desenvolvimento Econômico da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL).

A pequena melhoria do desempenho econômico da região está vinculada à trajetória da economia mundial, em que se destaca a recuperação dos Estados Unidos (crescimento do PIB de 2,9%) e do Japão (2,7%) e o crescimento da China (aumento do PIB de 8,5% nos três primeiros trimestres de 2003 em comparação ao mesmo período do ano anterior). Além disso, os preços dos produtos básicos de exportação da América Latina e do Caribe aumentaram 15,9%, enquanto que a variação do índice de preços das exportações totais, incluídas as manufaturas, foi menor (2,8%). Por sua vez, os preços das importações aumentaram apenas 1,5%, o que interrompeu a queda dos termos de troca experimentada entre 1998 e 2002 (3,3%).

A combinação de volumes e preços converteu as exportações no fator mais dinâmico da demanda. Houve, em 2003, um superávit comercial sem precedentes (41 bilhões de dólares). O dinamismo das exportações foi generalizado: da ordem de 5% na América Central, na Comunidade Andina e no Chile; e três vezes maior nos países do Mercosul. A exceção ficou com o México, onde houve estagnação nas exportações não petrolíferas. O excedente comercial ajudou na obtenção de um resultado quase inédito da conta corrente da região: um superávit de 6 bilhões de dólares. Em 2001, houve um déficit em conta corrente de 14 bilhões de dólares e, em 2001, de 53,4 bilhões.

Variáveis internas também avançaram em 2003. Após seis anos de turbulências, a maioria dos países mostram maior controle das políticas fiscais e monetárias e regimes cambiais mais competitivos.

Diferentemente de 2002, os fluxos de capitais foram positivos. Observaram-se ingressos líquidos de 3,5 bilhões de dólares, em contraposição à saída de 14 bilhões de dólares no ano anterior. No entanto, o investimento estrangeiro vem declinando. Os investimentos, em 2003, foram de 29 bilhões de dólares, 25% inferiores aos de 2002.

Também em 2003, os mercados aceitaram com mais confiança papéis latino-americanos. O custo médio da captação de fundos foi de 9,6%, trezentos pontos menos do que doze meses antes e similar ao de 1997, antes de se desencadear a crise asiática.

Quanto aos fundos compensatórios, a América Latina e o Caribe receberam cerca de 22 bilhões de dólares, sendo que quase a metade foi proveniente do Fundo Monetário Internacional (FMI). Além disso, em conjunto, os países acumularam reservas de cerca de 32 bilhões de dólares.

Em que pese o significativo financiamento, a transferência líquida de recursos continuou sendo negativa (29 bilhões de dólares). Isso reflete a importância crescente da balança de rendas de fatores, que inclui remessas de dividendos e juros derivados da dívida e de investimentos estrangeiros acumulados ao longo dos últimos anos.

No tocante à política econômica, mais uma vez, os instrumentos fiscais e monetários não produziram efeitos anticíclicos. A política fiscal da região está orientada para aumentar o superávit primário do governo, mesmo na presença de taxas de crescimento econômico baixas. O balanço primário da região aumentou, passando de um déficit de 0,3% do PIB para um superávit de 0,6%. Acredita-se, no entanto, que a recuperação dos instrumentos

fiscais não será imediata, visto que supõe a solução de problemas estruturais que condicionam a solvência.

Quanto à política monetária, os bancos centrais se preocuparam com o controle das pressões inflacionárias, que, em 2002, alcançaram dois dígitos. Isso foi evidente sobretudo no México, Brasil e Colômbia. Sendo assim, as autoridades monetárias subiram taxas de juros e restringiram a liquidez. Como a inflação cedeu, houve movimentos de queda da taxa de juros, buscando reverter o ciclo. Estima-se que a inflação em 2003 foi de 8,5%, quatro pontos percentuais inferior à de 2002.

A maioria dos países imprimiram maior flexibilidade ao câmbio e eliminaram gradualmente restrições para operar com divisas. Somente a Venezuela adotou, em fevereiro de 2003, um regime de câmbio fixo com rígido controle de operações com divisas. Por outro lado, são vários os países da região que mantêm um elevado grau de dolarização da economia ou que têm adotado o dólar como moeda de curso legal.

Nos primeiros dez meses de 2003, o índice médio das taxas de câmbio da região exibiu uma leve depreciação (2,6%) com relação ao final do ano de 2002. Os movimentos, no entanto, foram bastante díspares entre países. Na América do Sul, as moedas de vários países – Brasil, Argentina e Chile – não só registraram uma importante apreciação em relação ao dólar, como também se apreciaram levemente (1,6%) em relação a de seus parceiros comerciais. Em compensação, moedas de países centro-americanos e do México se desvalorizaram quase 6% em relação ao dólar. Em geral, as taxas de câmbio relevantes para o comércio da região são hoje 18% superiores à média do período 1997 a 2001.

As perspectivas para 2004 são de continuidade da expansão iniciada em 2003. Prevê-se um incremento da atividade econômica que resultaria em uma taxa média de crescimento do PIB de 3,5% para a região, muito superior à média dos últimos cinco anos. As estimativas de crescimento do conjunto América Latina - Caribe no quarto trimestre de 2003 revelam uma expansão da atividade econômica de cerca de 2,5% em relação ao mesmo período de 2002. Pela primeira vez desde 1997, não se projeta um crescimento negativo para nenhuma economia da região.

Os fatores externos positivos, sobretudo no setor exportador, devem se manter em 2004. A reativação da economia mundial deve prosseguir e, com ela, a recuperação dos preços e da demanda internacional por produtos básicos. Há riscos: os fortes desequilíbrios externos e fiscais da economia estadunidense poderão conduzir a novas desvalorizações do dólar, causando aumento das taxas de juros. Analistas estimam que esses ajustes são necessários e que devem ocorrer no final de 2004 ou em 2005.

Acredita-se também que os fatores internos favoráveis se manterão em 2004. As taxas de juros internas deverão continuar caindo no primeiro semestre de 2003, dado que a evolução dos preços internos apresenta uma tendência decrescente. Ademais, prevê-se que as taxas internacionais de juros continuem em níveis reduzidos durante a maior parte de 2004. Crê-se, também, que as taxas de câmbio continuarão altas, apesar dos casos de apreciação de moedas observados nos últimos meses de 2003. Em terceiro lugar, crê-se que em um contexto de relativa expansão da atividade econômica, a política fiscal deixaria de ser

contracionista e poderia até mesmo ser levemente expansionista em alguns países. Por último, deve-se levar em conta os processos eleitorais que vários países realizarão em 2004.

Quanto às economias maiores, estima-se que a Argentina continuará crescendo a uma taxa menor que a de 2003, porém superior à média da América Latina e do Caribe. Também se espera o aumento dos investimentos, apesar de que a taxas mais baixas que em 2003, o que ajudará a sustentar o crescimento a curto e médio prazos. Prevê-se também que a recuperação do consumo privado continuará em 2004, porém existem dúvidas quanto à capacidade de recuperação do crédito.

No Brasil, estima-se maior expansão em 2004, sustentada na recuperação da demanda interna, tanto do consumo privado como do investimento. As taxas de juros internas devem continuar baixando², desde que não produzam pressões sobre o câmbio nem aumento de preços. A recuperação da atividade industrial nos últimos meses de 2003 também deverá prolongar-se em 2004.

Quanto ao México, a evolução de sua economia está muito relacionada com o desempenho dos Estados Unidos, ainda que problemas de competitividade poderiam continuar limitando sua capacidade para aproveitar um incremento da demanda norte-americana.

2. SETOR EXTERNO

O setor externo da economia latino-americana foi beneficiado, em 2003, pela recuperação da economia mundial. Ampliaram-se as exportações, melhoraram os termos de troca, as importações se recuperaram, apesar de não terem alcançado os níveis registrados em 2000. Pela primeira vez, em meio século, o saldo da conta corrente do balanço de pagamentos foi superavitário, equivalente a 0,4% do produto regional. Isso se deu a despeito dos grandes volumes de pagamentos de juros e dividendos, e como resultado do importante superávit comercial e do volume de remessas sem precedentes recebidas pela região. A conta de capitais mostrou certo equilíbrio, depois de apresentar, no ano anterior, saldo negativo. Esses movimentos permitiram um incremento significativo das reservas internacionais que aumentaram em 31,8 bilhões de dólares. Paralelamente, a região transferiu 29 bilhões de dólares ao exterior, equivalentes a 6,9% das exportações de bens e serviços. Esse valor foi inferior àquele transferido em 2002 (40,2 bilhões), apesar de ainda ser demasiadamente alto.

No momento atual, o principal risco para a economia mundial é o alto endividamento público e privado dos Estados Unidos e possíveis efeitos secundários das políticas expansivas implementadas por este país. Essas medidas fizeram com que o déficit fiscal e a conta corrente da balança de pagamentos dos EUA estejam nos níveis mais altos dos últimos 25 anos. Ademais, em 2003, o dólar experimentou uma desvalorização importante frente ao euro e ao yen, em um contexto de volatilidade cambial. Os desequilíbrios atuais poderiam induzir uma maior depreciação do dólar e, conseqüentemente, uma menor entrada de

² Nos dois primeiros meses de 2004, a taxa de juros (SELIC) se manteve inalterada em 16,5%. Em março, houve uma redução simbólica nessa taxa de 0,25%.

capitais nos EUA, o que forçaria um aumento da taxa de juros. Isso poderia frear a recuperação em curso com repercussões negativas para a economia mundial.

De forma geral, a recuperação da economia mundial favoreceu a América Latina e o Caribe em dois aspectos. A queda das taxas de juros internacionais permitiram baixar as taxas de juros em vários países da região e diminuir o custo do endividamento no exterior. No tocante ao comércio, alguns países se beneficiaram diretamente do dinamismo da Ásia. Nos primeiros dez meses de 2003, o comércio exterior chinês cresceu 36,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. As importações deste país cresceram 40,4%.

A recuperação norte-americana teve repercussões desiguais entre os países latino-americanos. O México – responsável por 65% das importações estadunidenses oriundas de países latino-americanos e caribenhos – viu declinar suas colocações neste mercado já em meados de 2002. Por outro lado, as vendas do Mercosul, em especial as brasileiras, elevaram-se de maneira significativa e estabilizaram-se, no decorrer de 2003, em níveis elevados. Essa tendência também foi observada na América Central e no Caribe.

2.1 Termos de Troca

Entre janeiro e outubro de 2003, o índice de preços dos produtos básicos exportados pela América Latina e pelo Caribe cresceu 15,9% com relação ao mesmo período de 2002. Sem o petróleo, o aumento foi de 5,9%. Apesar do aumento dos preços dos produtos não petrolíferos, estes ainda se encontram 17% abaixo do nível médio de 1997.

Cabe mencionar que, em que pese a elevação dos preços dos produtos básicos, o aumento dos preços do total dos bens exportados pela região foi de apenas 2,8%. Isso aconteceu porque os preços das manufaturas cresceram muito menos ou até mesmo decresceram em 2003.

Como o aumento dos preços dos bens exportados foi maior que o dos importados (1,5%), interrompeu-se a queda dos termos de troca na região. Entre 1998 e 2002, acumulou-se uma perda de 3,3% para o total da região e de 14,9% para os países não petrolíferos. Em 2003, a melhora dos termos de troca da região foi de 1,3%. Nos países produtores de petróleo o incremento foi de 2,6%, enquanto que nos países não petrolíferos foi de 0,5%.

2.2 Entrada de capitais

As entradas de capital se recuperaram moderadamente, mas continuaram em níveis baixos como os do começo da década. Desde finais de 2002, houve uma diminuição da aversão ao risco dos investidores, em parte devido ao final das incertezas sobre a eleição presidencial no Brasil. Isso se refletiu na diminuição dos prêmios de risco dos títulos da dívida pública externa. Esses prêmios, que em setembro de 2002 haviam chegado a 2.400 pontos, em dezembro do mesmo ano estavam em cerca de 500 pontos.

O ingresso líquido de capitais na região chegou a 25,8 milhões de dólares em 2003. Em 2002, esse montante foi de 10,6 bilhões. No Brasil e no México a entrada de capitais foi significativa e superou 12 bilhões de dólares. No Brasil, essa entrada correspondeu a créditos do FMI, e no México, a capitais autônomos. Na Argentina e na Venezuela registraram-se, pelo segundo ano consecutivo, saídas de capitais.

As entradas de investimentos estrangeiros diretos (IED) compensaram as saídas líquidas de capitais financeiros. Quanto aos capitais acionários, no primeiro semestre de 2003 houve entrada líquida, favorecida pelo baixo valor das ações em dólares. A forte recuperação das bolsas nacionais até novembro de 2003 se traduziu em um incremento de quase 50% no índice regional em dólares, recuperando o nível de inícios de 2001.

Prevê-se que, em 2003, prosseguirá a recuperação dos fluxos de capitais na região. Os capitais financeiros devem contribuir sobretudo para o refinanciamento de passivos externos.

Até setembro de 2003, o financiamento do FMI alcançou, em termos líquidos, 11,3 bilhões de dólares, enquanto que em 2002 foi de 12,2 bilhões. Até o final de 2003, doze países latino-americanos e caribenhos tinham acordos vigentes com a instituição e três países não haviam utilizado os fundos, a saber, Colômbia, Guatemala e Peru. Os maiores fluxos líquidos foram para o Brasil e o Uruguai.

No quinquênio 1999-2003, a contribuição dos ingressos de capitais autônomos ao desenvolvimento da região se reduziu a 1,7% do PIB, em média, ou metade das entradas registradas no quinquênio 1994-98. Este resultado está condicionado pelos sucessivos episódios de crises e turbulências, iniciados pela crise asiática de 1997 e a moratória russa em agosto de 1998, e agravados pelas turbulências e crises de alguns países latino-americanos e caribenhos.

2.3 Pagamento de fatores de produção e investimento direto

As remessas de lucros e os juros pagos e devidos (remuneração de fatores de produção) na América Latina e Caribe se incrementaram de 50,8 bilhões de dólares, em 2002, para 54,8 bilhões em 2003. Apesar dos ingressos totais de capitais, que se elevaram a 25,8 milhões de dólares, a região efetuou uma transferência de recursos para o exterior pelo quinto ano consecutivo no valor de 29 bilhões de dólares, em comparação com 40,2 bilhões em 2002. No último quinquênio, a saída acumulada de recursos da América Latina e do Caribe equivaleu a 5% do produto da região.

Apesar de, em 2003, ter se atenuado a transferência de fluxos financeiros para o exterior em relação a 2002, a tendência preocupante de redução do ingresso de fluxos de investimentos diretos para a região continuou.

Desde 2000, o ingresso de investimentos estrangeiros diretos na região sofreu uma gradual e notória queda, perdendo o dinamismo dos anos anteriores. Em 2003, este investimento chegou a 29 bilhões de dólares, cifra bastante inferior à média de 38 bilhões de dólares entre 1999 e 2002 e 25% inferior ao valor de 2002. Isso se deveu basicamente ao

esgotamento, em 2002, do processo de privatização em muitos países e a desaceleração da estratégia de expansão de alguns grupos multinacionais. Na redução do IED influíram a situação do Mercosul em 2001 e 2002 e a instabilidade econômica ou política de alguns países em 2003. No Brasil, o fluxo de investimentos diretos líquidos decresceu de 14 bilhões de dólares em 2002 para 7,15 bilhões em 2003. O Equador foi o único país que recebeu, em 2003, um fluxo de IED sem precedentes, devido ao investimento no *Oleoduto de Crudos Pesados* e outros investimentos no setor petrolífero.

A partir de 2002, depois de sete meses de ausência de colocação de títulos da região, houve maior dinamismo no mercado de ações. Entre janeiro e setembro de 2003, as colocações brutas chegaram a 21 bilhões de dólares, quantidade que superou as colocações de todo o ano anterior. Os governos e empresas do Brasil e México (Pemex e Petrobrás) foram responsáveis por dois terços desses papéis.

2.4 Endividamento externo

Também em 2003, o custo do financiamento externo regional diminuiu de 12% para 9,6% ao ano. O custo médio em 2003 foi similar ao do primeiro semestre de 1997, antes de se desencadear a crise asiática. Os prazos de vencimento, no entanto, se deterioraram: de 15 anos, antes da crise asiática, para 10 anos em 2002 e 9 anos em 2003. Nos últimos anos, os recursos obtidos pela maioria dos governos na região têm sido destinados para o refinanciamento de passivos externos.

2.5 Balança comercial

Em 2003, a região obteve um saldo de bens de cerca de 41 bilhões de dólares, só comparável com o de 1984 e quase o dobro do superávit alcançado em 2002. Esse saldo se deveu ao crescimento das exportações de 7,4% (7%, se incluído o petróleo) e ao aumento de 2,5% nas importações. Retirado o México, as exportações do resto da região cresceram 11,4% e se, excluída também a Venezuela, essa taxa alcança 14,2%.

O crescimento das exportações foi generalizado. As exportações do Mercosul aumentaram 18%, as da América Central e do Caribe, 5% e as da Comunidade Andina e do Chile, 5,3% (se excluída a Venezuela, as exportações deste subgrupo cresceram 11,5%). Em contraposição, as exportações mexicanas aumentaram apenas 2,7% e, se excluído o petróleo, não cresceram.

Os fatores que influíram no comportamento das exportações foram o crescimento da demanda mundial, o aumento dos preços dos produtos básicos, a desvalorização real das moedas de alguns países durante 2002, a capacidade de incrementar a oferta devido a investimentos prévios em mineração e agricultura ou devido à subutilização da capacidade instalada. Em conjunto, o crescimento exportador esteve mais relacionado ao aumento do volume vendido do que à alta dos preços.

No caso brasileiro, aumentaram não só as exportações de produtos básicos (principalmente soja, devido à alta de seu preço), como também as exportações de manufaturas industriais.

O crescimento das importações, impulsionado principalmente pelas economias da América do Sul, não foi suficiente para recuperar o nível de 2000. Em alguns países, notadamente Chile e Brasil, a apreciação real do câmbio durante 2003 estimulou as compras externas.

2.6 Conta corrente do balanço de pagamentos

O saldo da conta de serviços resultou menos deficitário que em 2002: em torno de -13,5 bilhões de dólares. Cresceram as rendas do turismo, especialmente em países da América Central e do Caribe e saldo da balança de serviços aumentou 23% em 2003.

O comércio intra-regional mostrou sinais de recuperação, visto que cresceu a uma taxa similar ao das exportações totais. No conjunto da América Latina e Caribe, a proporção de exportações intra-regionais foi de 15%, muito próxima da média de 2002 e ainda abaixo do nível de 1997, quando superou 21% do total. O maior aumento se concentrou nas trocas dentro do Mercosul (21%), devido ao incremento das exportações de todos os membros do grupo para a Argentina. Contrariamente, o comércio no interior da Comunidade Andina declinou pelo segundo ano consecutivo (-19%), como consequência, principalmente, da forte contração da demanda na Venezuela. As exportações entre países do Mercado Comum Centro-americano aumentaram 8% e a dos países da Comunidade Caribenha, 12%.

Como foi mencionado, o saldo da conta corrente do balanço de pagamentos foi positivo em 2003, situação sem precedentes nos últimos 50 anos. O superávit foi de 6 bilhões de dólares (cerca de 0,4% do PIB regional) e foi gerado em países do Mercosul, República Dominicana e Venezuela. México, os países da América Central e do Caribe (exceto República Dominicana), os países da Comunidade Andina e Chile (exceto Venezuela) tiveram um déficit de 16,5 bilhões de dólares.

O saldo regional da conta corrente possuiu dois componentes fortemente positivos: a balança de bens, de 41,1 bilhões de dólares, e as transferências, sobretudo as remessas de trabalhadores no exterior, de 33,1 bilhões de dólares, que em conjunto representaram um ingresso líquido de 74,2 bilhões de dólares.

Dado o baixo crescimento da região, o importante saldo da balança de bens é indicativo da debilidade relativa do gasto interno (consumo e investimento), refletindo-se no fato de que a principal fonte de crescimento de vários países tenham sido as exportações. A balança de serviços e de rendas teve um saldo negativo de 68,3 bilhões de dólares, dos quais 54,8 bilhões correspondem a pagamentos de fatores de produção. Na ausência de financiamento externo autônomo, essa restrição implica na necessidade de se ajustar outros componentes da conta corrente.

2.7 Dívida externa

A dívida externa bruta da América Latina e do Caribe, em dezembro de 2003, chegou a 744,3 bilhões de dólares, o que representou um crescimento de 2,4%, em relação a 2002. Isso significa a interrupção da redução nominal que se registrou em 2001 e 2002. A apreciação do euro frente ao dólar afetou, em diferentes graus, a todas as economias, visto que as obrigações em euros se incrementaram mais de 10% durante o ano de 2003.

Devido à expansão de 7,3% das exportações de bens e serviços da região, verificou-se uma melhoria generalizada do coeficiente de carga da dívida sobre exportações. Em três das nove economias mais endividadas - a saber, Bolívia, Brasil e Peru - a relação dívida externa/PIB esteve em torno de 50% e o coeficiente dívida/exportações foi de cerca de 280%.

3. POLÍTICA MACROECONÔMICA

A política fiscal da região esteve orientada para o aumento o superávit primário do governo e não se propôs a oferecer estímulos à demanda. O balanço primário da região melhorou em quase um ponto percentual, ao passar de um déficit de 0,3% do PIB para um superávit de 0,6% do PIB.

Quanto à política monetária, os bancos centrais se preocuparam com o controle das pressões inflacionárias. Depois que a inflação cedeu, induziram movimentos para a baixa da taxa de juros, atuando em uma posição mais ativa, e buscando reverter o ciclo.

Portanto, tanto as políticas fiscais como as monetárias tiveram um grau limitado de manobra para exercer efeitos anticíclicos. A política fiscal tem sido ditada pelas limitadas possibilidades de financiamento, em particular de origem externa.

Em matéria de regimes cambiais, a maioria dos países consolidaram uma maior flexibilidade e eliminaram gradualmente as restrições para operar com divisas. Ao finalizar os dez primeiros meses do ano, o índice médio das taxas de câmbio da região exibiu uma leve depreciação (2,6%) com relação ao final de 2002.

3.1 Política Fiscal

No Brasil, as autoridades decidiram aprofundar o ajuste das contas fiscais. Com isso, almejou-se melhorar o financiamento público a taxas mais baixas e a recompor o valor do real. Transcorridos os primeiros nove meses de 2003, o setor público alcançou um superávit primário de 5,1% do PIB, cumprindo as metas previstas no acordo com o FMI. Essa maior margem fiscal, somada à apreciação cambial, contribuiu para reduzir a carga da dívida pública líquida, que se estabilizou em torno de 57% do PIB. O melhor desempenho fiscal permitiu atender aos vencimentos do ano com uma importante redução do prêmio de risco soberano. O esforço fiscal esteve centrado na contenção dos gastos, particularmente dos salários públicos. O governo também tomou a iniciativa de promover um câmbio drástico no

regime de aposentadoria dos funcionários públicos, bem como empreendeu uma reforma da tributação sobre o consumo.

Por outro lado, são vários os países pertencentes à sub-região andina que não apresentaram um quadro favorável na frente fiscal. Na Bolívia, o déficit do setor público não financeiro em 2003 foi de cerca de 9% do PIB. Colômbia também registrou déficit (cerca de 2,5% do PIB).

O caso do Chile difere marcadamente do resto da região. Em um contexto de finanças públicas solventes, a política fiscal de 2003 se ateve a princípios que estabelecem a regra de superávit estrutural (1% do PIB).

3.2 Política Cambial

Em média, as moedas da região se apreciaram 3,3%. O resultado é diferente, e de sinal inverso, quando se considera a evolução do câmbio real efetivo, ou seja, ponderando os índices cambiais bilaterais com cada sócio comercial pela participação do comércio com esse parceiro no total do comércio do país. Nesse caso, observa-se uma depreciação de 2,6% em relação aos níveis de finais de 2002. Esse movimento está ligado ao fato que o euro e as moedas asiáticas aumentaram seu valor frente ao dólar e, em menor medida, frente ao conjunto de moedas dos países da região.

Em uma primeira classificação sobre o comportamento cambial de 2003, pode-se observar na América Latina e no Caribe dois grupos de países: de um lado, a América do Sul e, de outro, os países da América Central, Caribe e México.

No caso da América do Sul, observa-se uma trajetória diferenciada entre o comportamento do câmbio real em relação ao dólar e do câmbio efetivo. Nos últimos anos, o continente registrou marcadas depreciações e apreciações de suas moedas com relação ao dólar. Não obstante, dado que o comércio intra-regional é significativo, os câmbios efetivos sofreram oscilações notavelmente menores. Em segundo lugar, em 2003, observa-se, com exceção da Bolívia e da Venezuela, que todos os países registraram apreciações reais de suas moedas frente ao dólar (7,5%).

Quando se leva em consideração o câmbio efetivo, a apreciação foi de 1,6%. Quatro países do grupo (Argentina, Brasil, Chile e Paraguai) tiveram apreciações efetivas de suas moedas, principalmente devido à magnitude de suas apreciações reais em relação ao dólar. O restante dos países sul-americanos apresentaram movimentos contrários, ou seja, depreciações efetivas. Tal é o exemplo do Uruguai.

No segundo grupo, que depende mais do comércio com os EUA, registrou-se, em média, uma depreciação real com relação ao dólar de 5,8% e uma depreciação real efetiva ainda maior (de 8,4%).

A volatilidade cambial real efetiva média da região foi menor do que a observada em 2002. Em particular, foram significativas as reduções de volatilidade ocorridas em 2003 em quatro países do Mercosul (em especial, na Argentina) e na Colômbia, enquanto

que se registrou um forte aumento da volatilidade cambial real na República Dominicana e na Jamaica.

Contribuindo para a maior estabilidade cambial na região, os regimes cambiais se mantiveram sem alterações durante 2003, com a única exceção da Venezuela. Este país fixou o câmbio com relação ao dólar em fevereiro de 2003.

Em geral, nas maiores economias da região parece consolidar-se a tendência de regimes cambiais flexíveis com metas de inflação (Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru), ainda que vários países menores mantenham regimes cambiais mais ou menos fixos com relação ao dólar ou adotaram essa divisa como moeda de curso legal.

Mesmo com a adoção de regimes de câmbio flexível, as autoridades monetárias seguiram atentamente o mercado de câmbio. Diversos fatores, entre eles as flutuações dos movimentos de curto prazo, a arrecadação fiscal vinculada com aos preços das exportações e a dolarização das transações financeiras, motivaram intervenções no mercado.

A evolução cambial real da região esteve marcada por determinantes externos e internos. Do lado externo, cabe destacar dois fatores: a reviravolta do comportamento dos fluxos de capitais para a região, que passaram de uma forte saída líquida em 2002 para um ingresso limitado durante 2003; e a crescente demanda externa por produtos básicos, em particular de origem asiática, que contribuiu para melhorar os preços de alguns produtos como o petróleo, a soja, a celulose, o cobre e o ouro.

Do lado interno, a maior autonomia de vários países para operar a política monetária permitiu que, uma vez controladas as pressões inflacionárias, vários bancos centrais pudessem reduzir as taxas de juros, ajudando a evitar maiores apreciações cambiais.

No Brasil, a melhoria das expectativas durante 2003 foi reforçada pelo bom desempenho do setor externo que produziu um superávit comercial recorde. Isso levou a uma apreciação nominal da moeda brasileira de 21,1%, entre dezembro de 2002 e outubro de 2003, apesar do câmbio real efetivo se encontrar 15% sobrevalorizado em relação aos valores médios registrados durante 1999, ano em que o Brasil adotou o câmbio flexível.

Na Argentina o superávit do setor externo também foi importante para explicar o comportamento cambial. A intervenção do Banco Central no mercado cambial foi muito importante para evitar uma maior apreciação real do peso em relação ao dólar (17,8%) durante os primeiros meses de 2003. A depreciação efetiva foi de 8,6%.

No México, em um contexto de escasso crescimento econômico, baixa inflação e queda das taxas de juros, o peso se depreciou nominalmente 9,5% em relação ao dólar, durante 2003, o que favoreceu a competitividade do setor de bens transacionáveis da economia. Atualmente, o câmbio real em relação ao dólar é 7,3% mais alto (depreciação) do que no mês de novembro de 1994, imediatamente antes da chamada “crise tequila”.

3.2 Política Monetária

A redução generalizada da inflação e uma maior disciplina fiscal permitiram quedas das taxas de juros. Por outro lado, o crédito em termos reais sofreu importantes diminuições nos países que enfrentaram situações de crise que afetaram a solvência dos bancos endividados. Portanto, o efeito da queda das taxas, em alguns países, não se transmitiu ao crédito, devido à precária situação dos bancos endividados, a percepção do risco dos bancos na hora de aumentar suas colocações e a confiança nas perspectivas econômicas.

Para o ano de 2003, estima-se uma continuação da disciplina fiscal e uma inflação baixa na maioria dos países, de maneira que não se vislumbram maiores mudanças na direção das taxas nominais de política monetária, se bem que as taxas de juros internacionais podem aumentar.

Pode-se identificar, como tônica geral em 2003, uma tendência à queda das taxas interbancárias e das demais taxas nominais de juros com relação ao ano anterior. As exceções são a República Dominicana e, menos pronunciadamente, da Colômbia.

Os países foram classificados em três grupos, segundo suas intenções de política em 2002 e 2003. No primeiro estão Chile, Colômbia, México e Peru, que, em maior ou menor grau, haviam baixado as taxas de juros já em 2002. Esses países, que contam com sistemas cambiais flexíveis com metas de inflação, não tiveram crises em 2002 e suas inflações foram de um dígito.

O segundo grupo é constituído pelos países do Mercosul, afetados por severas crises e suas repercussões no ano de 2002. Argentina, Paraguai e Uruguai, depois de sofrerem fortes depreciações de suas moedas e aceleração inflacionária em 2002, reverteram a alta da taxa de juros levada a cabo naquele ano, com importantes reduções em 2003. Tanto Argentina como Uruguai adotaram a base monetária como instrumento de política para cumprir as metas de inflação e implementaram importantes reduções das taxas de encaixe.

As restrições enfrentadas pelo Brasil, no segundo semestre de 2002, provocaram um aumento da taxa de juros de referência (SELIC) de 18% a 25% anuais, culminando em 26,5% em fevereiro de 2003. Ademais, o Banco Central enxugou severamente a base monetária e utilizou outros instrumentos para reduzir a liquidez. Em 2003, essas medidas produziram uma queda da inflação para menos de 10% ao ano, tendo levado a autoridade monetária a iniciar, em 2003, a redução paulatina e moderada da taxa SELIC até chegar a 16,5%.

O terceiro grupo é formado por Bolívia, República Dominicana e Venezuela que apresentam características especiais. Na Bolívia, 90% dos depósitos estão em dólares, o que deixa pouca margem de manobra para a política monetária. A delicada situação política que o país enfrentou em 2003 provocou quedas dos depósitos e da carteira bancária, redução das reservas internacionais e fortes incrementos nas taxas interbancárias. Por sua vez, a situação crítica experimentada pela Venezuela produziu mudanças bruscas em seu regime cambial, controle de câmbios, controle de preços, em um processo inflacionário significativo. Em que pese o alto nível inflacionário, a taxa de juros interbancária na Venezuela baixou consideravelmente durante o ano de 2003.

As seqüelas das crises que afetaram um número importante de economias latino-americanas pioraram a situação dos devedores bancários. Isso incrementou a percepção dos bancos sobre o risco de ampliar seus empréstimos. Dos 16 países que contam com dados de 2003, 12 exibiram uma carteira vencida superior a 4% do total de colocações e em quatro países superava 18%. O maior risco, por sua vez, dificultou em alguns casos o repasse de taxas menores aos devedores e, em muitos casos, produziu quedas do crédito bancário total – oito dos doze países com informação do terceiro trimestre de 2003 registraram um crescimento negativo das colocações totais em termos reais com relação ao mesmo trimestre de 2002 e cinco países sofreram quedas de 19% ou mais. Portanto, nestes países, a intenção manifestada em menores taxas de política monetária não pôde ser repassada ao canal de crédito.

Para 2004, antecipa-se a continuação das quedas nas taxas de política, visto que não se espera uma volta da inflação, uma maior depreciação cambial ou mudanças na disciplina fiscal, ainda que as taxas de juros internacionais possam aumentar. Por outro lado, a efetividade da política monetária poderá melhorar e generalizar-se se a redução do risco das carteiras bancárias for mais pronunciada.

4. DESEMPENHO INTERNO

Em 2003, a economia da América Latina e do Caribe cresceu 1,5%, o que contrasta favoravelmente com a contração de 0,4% observada na região no ano anterior. Essa recuperação, no entanto, não foi suficiente para compensar a estagnação dos anos anteriores e o produto por habitante continuou 1,5% inferior ao de 1997.

A melhoria da economia latino-americana foi impulsionada pela reativação da economia mundial, o que permitiu um aumento das exportações regionais. A demanda interna ainda não se recuperou da contração do ano anterior e observa-se um leve aumento do consumo e uma queda da formação bruta de capital fixo, que se manteve a um nível baixo em termos históricos. Depois da aceleração registrada em 2002, em 2003 a inflação caiu, como consequência de políticas monetárias e fiscais prudentes e maior estabilidade cambial. O moderado aquecimento da atividade econômica não se traduziu em melhoria dos indicadores sociais. A taxa de desemprego continua alta e os salários reais decresceram.

4.1 Crescimento e Investimento

Apesar da recuperação de sua economia no quarto trimestre do ano, no Brasil o crescimento em 2003 foi apenas positivo³, enquanto que a atividade econômica do México se expandiu 1,2%. Na Venezuela houve contração de 9,5% na economia e na Argentina houve uma reativação em 2003 (7,3%), depois da retração de 10,8% observada no ano anterior. Chile, Costa Rica, Colômbia e Peru apresentaram taxas de crescimento superiores a 3%. Nas demais economias da região o dinamismo foi escasso e se refletiu em cifras em torno de 2%.

³ Conforme mencionado anteriormente, segundo o IBGE, em 2003, houve uma retração do PIB de 0,2%.

Entre 1998 e 2003, o produto interno bruto da região aumentou em média somente 1,3% ao ano e o produto per capita foi 1,5% inferior ao de 1997.

Em 2003, a evolução da economia foi irregular, diferentemente da clara tendência de queda em 2001 e da recuperação sustentada em 2002. Durante os três primeiros trimestres, o PIB se incrementou a taxas muito reduzidas e ao final do ano se verificou uma aceleração da atividade econômica. Isso se deve ao melhor desempenho da economia mundial, que na segunda metade do ano se tornou mais dinâmica. Também reflete a evolução do PIB do Brasil, cuja estagnação recente mostrou indícios de reversão no último trimestre do ano.

Durante o ano, a economia da maioria dos países esteve marcada por um aumento do volume das exportações, de 4,4% em termos regionais, enquanto que a demanda interna continuou estagnada. O consumo, que em 2002 sofreu uma significativa contração, aumentou levemente em 2003, ainda que a uma taxa menor que a do PIB. A formação bruta de capital fixo diminuiu 1,7%, cifra muito inferior à queda de 56% em 2002, mas que faz parte de um contexto de queda sustentada dessa variável que soma 12,5% desde 1998. O investimento em termos de percentagem do PIB regional, em torno de 18%, encontra-se nos níveis mais baixos registrados desde o início dos anos setenta.

Um fato muito significativo do período que se inicia em 2000 é a modificação da composição da poupança total, com um aumento relativo da poupança nacional – que é a diferença entre a renda nacional disponível e o consumo interno. Isso resulta da queda do consumo privado e do incremento dos ingressos de remessas do exterior. Com relação a 2001, no biênio 2002-2003 o consumo privado retrocedeu mais de 1%. Por outro lado, a poupança externa vem se contraindo e foi negativa em 2003, visto que a conta corrente do balanço de pagamentos apresenta saldo positivo, resultado de um grande aumento das exportações líquidas. A poupança externa negativa implica que uma parte da poupança nacional se destinou a reduzir o endividamento líquido - mediante o cancelamento de passivos externos ou a transferência de capitais para o exterior, ou mesmo a formação de reservas internacionais - ao invés da acumulação interna de capital.

O incremento do PIB dos países do Mercosul foi resultado, principalmente, do desempenho do setor agrícola, sobretudo dos ramos de atividade econômica mais relacionados com as exportações. No caso da Argentina, também se verificou uma importante recuperação da demanda interna. As desvalorizações reais das moedas nacionais em 2002 elevaram a rentabilidade dos setores exportadores. No decorrer de 2003, o aumento da demanda mundial e a elevação dos preços dos produtos básicos também estimularam as vendas externas. Cabe observar que esses países exibiram, em 2002, contrações da demanda interna, tanto de investimento como de consumo privado. Mesmo assim, o ajuste sofrido por todos os países em suas balanças comerciais em 2002, principalmente devido à marcada contração das importações, somado à melhoria dos termos de troca em 2003, deu espaço para que, neste ano, fosse possível uma recuperação das importações, paralelamente ao fortalecimento do investimento e do consumo privado.

A Argentina é o país da região que apresentou maior crescimento em 2003: 7,3% com relação a 2002. Os setores mais dinâmicos foram os relacionados com o investimento e com o setor exportador. Não obstante, dada a redução do investimento que o país sofreu no período de 1999 a 2002, o coeficiente de investimento, medido em dólares de 1995, continua o mais baixo desde o início da década de 1990. A reativação iniciada em meados de 2002 se assenta, principalmente, na maior rentabilidade dos setores exportadores, no aumento da atividade industrial impulsionada por um processo de substituição de importações e nas medidas levadas a cabo para garantir assistência a famílias em um contexto de alto desemprego. Em finais de 2003, a recuperação se desacelerou, em que pese a revitalização dos ramos industriais relacionados com o consumo das famílias, entre outros os de alimentos, bebidas e produtos de cuidado pessoal.

No Brasil, o crescimento dos setores exportadores e das atividades vinculadas a estes contrastou com a debilidade da demanda interna. Em 2003, o crescimento do PIB foi apenas positivo (0,1%)⁴, depois de uma escassa expansão em 2002. A evolução da atividade econômica esteve condicionada às políticas implementadas pelo governo com o fim de elevar sua credibilidade. Por um lado, elevou-se a meta de superávit primário, acordada com o FMI, de 3,75% para 4,25% e, por outro lado, durante o primeiro semestre de 2003, mantiveram-se as taxas de juros em níveis altos como forma de exercer controle sobre a evolução dos preços internos. A política adotada logrou driblar a inflação e estabeleceu as bases para um crescimento da economia em 2004. Porém, a curto prazo teve como resultado uma forte contração da demanda interna. Os setores mais dinâmicos foram os relacionados com as exportações: o setor agropecuário e agro-industrial e os ramos industriais relacionados com a produção mecânica e metalúrgica. O investimento diminuiu 7,5% em 2003, o que se soma à queda de 4% em 2002.

Nos países andinos, a expansão também guardou relação com o desempenho do setor exportador, principalmente de mineração e hidrocarbonetos. Na Bolívia, a formação bruta de capital fixo se contraiu quase 15% em 2003. Na América Central registraram-se taxas de crescimento similares as de 2002, em torno de 2%. A expansão dos países do Caribe foi bastante reduzida.

4.2 Inflação

A taxa anual de inflação da América Latina e do Caribe se situou em 8,5% em 2003, quase quatro pontos percentuais menor que a de 2002. Em 18 das 22 economias sobre as quais se dispõe de informação, o incremento de preços foi baixo ou moderado e somente em quatro houve alta de dois dígitos, entre as quais se sobressaem o Haiti e a República Dominicana, que tiveram aumentos superiores a 40%. Os preços no atacado, por sua vez, tiveram uma alta de cerca de 8% em 2003, o que representa uma importante redução com relação à taxa observada em 2002, que alcançou 29%, em comparação com 6% em 2001.

⁴ Segundo o IBGE, o crescimento do PIB, em 2003, foi negativo (-0,2%).

A queda da inflação se explica por uma série de fatores tanto de demanda como de oferta. Pelo lado da demanda, continuou o adequado manejo das políticas macroeconômicas, em particular da monetária. Também foi revertida a deterioração das contas fiscais, diminuindo o risco de um descontrole da inflação.

Pelo lado da oferta, sobressai a atenuação das variações de custo associadas à alta do câmbio, o que contrasta com o que aconteceu em 2002, ano em que houve países que sofreram fortes depreciações. Quanto aos salários, seus ajustes foram moderados, inclusive em países que recentemente sofreram com o reaparecimento da inflação. As tarifas dos serviços públicos também tiveram ajustes reduzidos em quase todos os casos, em especial na Argentina. Por fim, os choques de oferta não tiveram grande incidência em 2003, em particular os derivados de catástrofes climáticas.

Por outro lado, como o reaquecimento da economia experimentado pela região em 2003 não foi significativo, não houve efeitos sobre a inflação, visto que na maioria dos países o modesto crescimento se deu em um contexto de capacidade produtiva ociosa.

Em 2003, os países da região puderam ser agrupados em cinco categorias, segundo seu regime inflacionário ou desempenho em matéria de inflação. Em primeiro lugar, estão os países dolarizados como Panamá, El Salvador e Equador, em que a vigência deste regime trouxe baixo ritmo inflacionário. Um segundo grupo é o integrado pelos países em que a âncora nominal é a política monetária, baseada no cumprimento de metas de inflação, e que mostraram reduzidos incrementos de preços. Nesta categoria figuram Chile, Colômbia, México e Peru. Destaca-se o caso do Chile que, em 2003, registrou uma inflação de cerca de 1,5%, a mais baixa dos últimos 60 anos. No terceiro grupo estão os países com taxas de inflação moderadas e que, em geral, têm sistemas cambiais com paridades ou bandas móveis. Neste grupo estão Costa Rica, Guatemala, Honduras, Bolívia e Trinidad e Tobago. O quarto grupo é formado pelos países do Mercosul, que conseguiram em 2003 controlar a inflação do ano precedente. Quase todos passaram de um regime de câmbio fixo para um câmbio flutuante. O Brasil, além disso, adotou o sistema de metas de inflação. As maiores quedas do ritmo inflacionário foram registradas na Argentina, em que passou de 41% em 2002 para 4% em 2003; no Uruguai, de 26% para 10%; no Paraguai, de 15% a 9%, e no Brasil, de 14% para 9,4%. Por último, no quinto grupo se situam os países que apresentaram uma elevada inflação em 2003. As maiores altas de preços, entre 41% e 46% foram registradas no Haiti e República Dominicana. A inflação também permaneceu elevada na Jamaica e na Venezuela.

As perspectivas para 2004 são de uma inflação regional mais baixa que a registrada em 2003. Não existem temores quanto a desvalorizações significativas e espera-se que as autoridades, por meio de suas políticas monetária, fiscal e cambial, manterão a prioridade outorgada à estabilidade de preços.

4.3 Empregos e Salários

A modesta recuperação do crescimento econômico não foi suficiente para melhorar a situação do mercado de trabalho. A taxa de ocupação e a taxa de participação –

que representa a proporção entre a população economicamente ativa e a população em idade para trabalhar - registraram aumentos moderados. Projeta-se uma taxa de desemprego praticamente estagnada, com um incremento de um décimo de ponto percentual, alcançando, com isso, 10,7%. Devido ao incremento da oferta de trabalho, a pequena subida da taxa de desemprego representa um aumento de desempregados urbanos da ordem de 700 mil pessoas, somando assim 16,7 milhões de pessoas sem emprego. Além disso, os salários refletiram a debilidade da demanda por trabalho e, em termos reais, prevaleceram situações de queda ou estagnação.

Entre 1997 e 2002, a taxa de ocupação caiu de 52,9% para 51,8%. Devido à escassa demanda por trabalho das empresas, neste período, o emprego assalariado cresceu somente 1,6% por ano, frente ao crescimento de 1,8% do emprego total e de 2,2% do trabalho por conta própria. Na estrutura ocupacional, o emprego assalariado caiu em 6 dos 11 países com informação disponível - Argentina, Brasil, Chile, Panamá, Uruguai e Venezuela - manteve-se estável em outros dois países - México e Peru - e subiu somente em três - Colômbia, Costa Rica e Equador. Neste período, a taxa de participação baixou levemente de 58,2% para 58%. A taxa de desemprego subiu de 8,8% para 10,6%, alcançando máximos históricos. Em geral, provavelmente a precariedade do emprego, em termos de situação contratual e de cobertura da seguridade social, cresceu mais uma vez em 2003.

Ademais, em 2002 os salários reais se situaram, na média ponderada dos países da região, no mesmo nível de 1997. A deterioração das condições do mercado de trabalho freou o progresso na redução da pobreza registrado na primeira metade dos anos noventa. Por isso, a taxa de pobreza se manteve estável, com um aumento do número absoluto de pobres de 16 milhões de pessoas entre 1997 e 2002.

A baixa demanda por trabalho e a reduzida inflação levou à estagnação dos salários reais. Para o conjunto de 11 países com informação disponível, registra-se uma queda dos salários reais, cuja magnitude se estima em 4,7% na média ponderada e em 0,5% na mediana. Portanto, a evolução do mercado de trabalho não ajudou muito na reativação da demanda interna, pois o moderado aumento do emprego se concentrou nas categorias não assalariadas (tipicamente com rendas baixas) e a evolução dos salários reais do setor formal também não contribuiu para aumentar o poder de compra das famílias.

Em 2003, em vários países não houve recuperação dos salários reais, apesar de se registrar uma queda da inflação. Esse fato resultou, principalmente, do baixo dinamismo de muitas economias da região nos últimos anos, fenômeno que em muitos países levou a taxa de desemprego a um nível mais alto do que a média de médio prazo. Neste contexto, debilita-se o poder de negociação dos trabalhadores.

No Brasil, a taxa de desemprego subiu ao longo do ano, alcançando 12,5% na média de janeiro a setembro de 2003. Ao mesmo tempo, a proporção de assalariados na estrutura ocupacional desceu de 72,3% para 71,5%, evidenciando a apatia da demanda por

trabalho, situação que também se manifesta na queda abrupta dos salários reais formais no setor privado⁵.

Nos dois países que mostram uma contração da atividade, República Dominicana e Venezuela, a situação laboral se deteriorou de forma notável. Em ambos os casos caiu a taxa de ocupação e subiu o desemprego, enquanto os salários reais sofreram fortes perdas.

Para 2003, prevê-se que, tendo em vista o crescimento econômico projetado, a taxa de desemprego cairá aproximadamente meio ponto percentual, situando-se em um pouco mais de 10%. Isso contribuiria para um novo aumento da taxa de ocupação, tendência incentivada por uma maior demanda laboral por parte das empresas. Também se espera a interrupção das fortes quedas dos salários nominais observadas em 2003 em alguns países, enquanto que em outros a inflação decrescente e a maior demanda por trabalho redundariam em um leve aumento do salário real do setor formal.

5. AMÉRICA DO SUL

5.1 Argentina

Em 2003, a economia argentina mostrou uma forte recuperação. O PIB cresceu 7,3%, revertendo em grande parte a abrupta queda de 10,8% registrada em 2002. O investimento foi o componente mais dinâmico da demanda interna e a taxa de desemprego caiu, ainda que a situação social continuasse preocupante. O saldo da conta corrente do balanço de pagamentos voltou a ser positivo, dado que as exportações cresceram impulsionadas pelas altas dos preços internacionais. As importações também se elevaram consideravelmente em relação a seu reduzido valor no ano anterior, porém menos do que as exportações. A saída de capitais privados foi menor que a do ano anterior e o Banco Central acumulou reservas. A variação anual do IPC não alcançou 4%. A arrecadação se elevou fortemente, o que permitiu ampliar o superávit primário do setor público. O governo assinou acordos com o FMI e normalizou sua relação com organismos multilaterais. Cumpriu-se com o serviço da dívida pública emitida em 2002, faltando reestruturar o restante da dívida securitizada. As autoridades manifestaram suas intenções de consolidar o Mercosul como associação e como instrumento de negociação inter-regional. Em termos gerais e desde que não se produzam perturbações inesperadas, não estão previstas mudanças significativas no desempenho econômico no futuro próximo.

⁵ A queda dos salários reais do setor formal foi de 10% na média de janeiro a setembro de 2003, em comparação ao mesmo período do ano anterior e em um contexto de maior inflação que em 2002, ainda que decrescente a partir de meados do ano.

5.2 Bolívia

Em setembro de 2003, desencadeou-se uma grave crise que culminou em 17 de outubro com a renúncia do Presidente Gonzalo Sánchez de Lozada, que foi substituído pelo Vice-Presidente Carlos Mesa. O governo que saiu não conseguiu que a opinião pública chegasse a um consenso a respeito de um projeto de exportação de gás aos Estados Unidos, do ajuste fiscal e do programa de erradicação dos cultivos de coca. A partir de outubro, iniciou-se um período de transição, no qual continua pendente os desafios que se colocavam anteriormente e que podem resultar em mudanças institucionais em áreas estratégicas, entre outros o setor de hidrocarbonetos.

O pano de fundo da crise é o baixo crescimento econômico e a dualidade entre a forte dinâmica exportadora não acompanhada do desenvolvimento do mercado interno. Entre 1998 e 2003, a economia cresceu em média apenas 1,9% ao ano, enquanto que no período de 1990 a 1998 a taxa foi de 4,4%. Em 2003, o crescimento se situou em torno de 2,5%, com o qual o PIB *per capita* foi 2,2% inferior ao alcançado em 1998. A partir de 2003, a Bolívia foi afetada pela baixa dos preços de vários produtos de exportação, o programa de erradicação dos cultivos de coca e a escassa demanda dos países vizinhos. Ainda existem alguns focos dinâmicos – extração de gás e cultivo de soja. Trata-se de atividades que pressupõem o uso pouco intensivo da mão de obra, não contribuindo para atenuar o alto grau de informalidade e pobreza.

5.3 Brasil

O Brasil cresceu apenas 0,1% em 2003, o que correspondeu essencialmente ao dinamismo do setor externo. As exportações aumentaram 20% em termos de valor e 14,8%, quanto ao volume, superando amplamente a variação das importações, que foi de 2,5%. Dessa forma, o superávit da balança comercial foi de 24 bilhões de dólares. A balança de serviços registrou um déficit de 5,3 bilhões de dólares e a balança de rendas mostrou recuperação em relação a 2002, com um déficit de 18,7 bilhões de dólares. O saldo da conta corrente do balanço de pagamentos foi de 2,7 bilhões (0,6% do PIB). No ano de 2002, esse valor foi de -2% do PIB.

No que diz respeito à demanda interna, tanto o consumo como os investimentos se contraíram, este último em 7,5%. O coeficiente de investimento/PIB foi inferior a 18%, um dos mais baixos das últimas décadas. De janeiro a setembro de 2003, o consumo do governo cresceu 0,6%, em comparação com o mesmo período de 2002. O consumo das famílias diminuiu 4,2%, o que explica a significativa queda do comércio interno.

O desempenho dos setores da economia foi desigual. A indústria manufatureira registrou crescimento contínuo a partir de agosto de 2003. O setor agropecuário voltou a mostrar grande dinamismo e seu crescimento superou 5%. O setor industrial apresentou uma contração de cerca de 1%, mas o setor de serviços continuou estagnado. A construção civil se contraiu em cerca de 8%, nos três primeiros trimestres de 2003, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os investimentos estrangeiros diretos se reduziram de 14 bilhões de dólares, em 2002, para 7,1 bilhões, em 2003. As reservas internacionais aumentaram consideravelmente: 16,3 bilhões em relação a 2002, chegando a 54 bilhões de dólares em outubro de 2003. Em agosto de 2003, a dívida externa total era de 214 milhões de dólares.

Nos primeiros dez meses do ano, o setor público registrou um superávit primário de 5,1% do PIB. O superávit dos estados e municípios e das empresas estatais (1,6% do PIB) compensou o déficit da seguridade social (1,4%). O superávit primário do governo central (4,9% do PIB) foi possível graças ao controle de gastos, que diminuíram 1,3% em termos reais. O menor ritmo da atividade econômica influiu negativamente na arrecadação de impostos e nas contribuições à seguridade social. O déficit da previdência aumentou mais de 50%, chegando a representar 1,4% do PIB.

A dívida pública líquida atingiu 56,5% do PIB em finais de 2002 e as necessidades de financiamento do setor público aumentaram de 3,1% de janeiro a outubro de 2002 para 4,7% do PIB no período de janeiro a outubro de 2003.

A taxa de juros nominal básica dos títulos públicos chegou a 26,5% e o encaixe bancário passou de 45% para 60% dos depósitos à vista. Conseguiu-se diminuir os títulos indexados ao câmbio.

A base monetária e os meios de pagamento se contraíram 4,8% e 3,7%, respectivamente, em termos nominais, nos doze meses concluídos em outubro de 2003. Houve uma apreciação da moeda, em finais de 2003, de 27% em relação a setembro de 2002. Nos doze meses concluídos em outubro de 2003, a moeda se apreciou em termos reais em relação ao dólar, ao yen e ao restante das moedas da América Latina (8,9%, 8% e 6,5%, respectivamente) e depreciou-se 5,2% em relação ao euro.

A inflação alcançou 9,2% em 2003, enquanto que o risco país desceu a 600 pontos, muito inferior aos 2.396 pontos registrados ao finalizar o terceiro trimestre do ano anterior.

O desemprego nas principais áreas metropolitanas, calculado de acordo com a nova metodologia, aumentou para 12,4% em 2003. Em 2002, essa variável atingiu 11,7%. A população ocupada, no entanto, aumentou 3,1% nas regiões metropolitanas, enquanto que a PEA cresceu 5,2%, devido ao forte aumento da taxa de atividade. A remuneração média real dos trabalhadores diminuiu 9,5%, na média anual, devido, em grande parte, a maior inflação.

A política econômica esteve orientada para o controle da inflação, o fortalecimento das finanças públicas e a recuperação do acesso aos mercados financeiros internacionais a um menor custo. Para conseguir esses objetivos, o novo governo recorreu fundamentalmente a três instrumentos: a âncora nominal com metas de controle da inflação, o regime de câmbio flutuante e as reformas no setor público, especificamente da seguridade social e do sistema tributário.

5.4 Chile

Impulsionado pelas exportações, o Chile cresceu 3,2% em 2003, resultando em um incremento do PIB *per capita* de 2%. Portanto, ainda que esteja abaixo de seu potencial, a economia chilena mostrou maior dinamismo que em 2002, ano em que registrou um crescimento de 2,1%. As exportações aumentaram 12%, enquanto que a demanda interna subiu 2,4%. A formação bruta de capital fixo, calculada em dólares a preços de 1995, aumentou 2,3% e representou 21,8% do PIB, percentagem bastante inferior aos 26,6% do PIB registrados em 1997, porém superior aos 21,5% em 1999. A taxa de desemprego baixou para 8,5%, mas continuou alta em comparação com a média da primeira metade dos anos noventa (5,5%). A inflação foi mitigada ao longo do ano, em parte graças à notável apreciação do peso chileno em relação ao dólar, o que permitiu às autoridades continuar reduzindo a taxa de juros da política monetária. Os preços ao consumidor registraram uma alta de 1% nos doze meses concluídos em novembro de 2003, situando-se um ponto abaixo do limite inferior do intervalo estabelecido como meta (2% a 4%). Em matéria fiscal, o déficit do governo central aumentou para 0,8% do PIB. Cabe destacar que a norma fiscal vigente, segundo a qual o superávit estrutural deveria equivaler a 1% do PIB, permite isolar os gastos fiscais das flutuações transitórias do preço do cobre e do produto e outorga maior estabilidade ao gasto ao longo do ciclo econômico.

5.5 Colômbia

A economia colombiana registrou maior crescimento em 2003. O PIB aumentou 3,4%, o que representa um importante avanço em relação ao 1,7% registrado em 2002. O desemprego continua em níveis elevados, apesar da redução de 15,7% para 14,4%. A política fiscal esteve no centro do debate. O governo propôs novas medidas de aumento da arrecadação e de redução do gasto para alcançar a meta revisada de déficit do setor público consolidado de 2,8% do PIB. As autoridades estabilizaram o câmbio nominal nos últimos meses de 2003, como resultado da redução do ritmo inflacionário. A taxa de intervenção da política monetária, que era inferior à taxa de inflação, aumentou de 5,25% para 7,25%, superando a taxa de inflação nos últimos meses de 2003. O déficit em conta corrente aumentou para 2,2% do PIB como resultado dos pagamentos da dívida externa e a brusca redução das exportações para a Venezuela.

5.6 Equador

Em 2003, continuou a desaceleração da economia equatoriana, já observada desde fins de 2002. Não obstante, espera-se uma melhora do crescimento em 2004 com base no aumento da produção de hidrocarbonetos. A inflação se reduziu durante 2003 e o câmbio real com relação ao dólar somente se apreciou ligeiramente, enquanto que o câmbio real efetivo se manteve estável. Mesmo assim, estima-se que, provavelmente, a inflação continue diminuindo ao longo de 2004.

O saldo da conta corrente do balanço de pagamentos se ampliou de forma significativa, especialmente devido ao aumento das exportações, sobretudo as de petróleo, e o crescimento quase nulo das importações. Também se registrou um incremento das remessas de emigrantes e do investimento estrangeiro direto, com uma redução das compras de ativos externos. Isso permitiu aumentar o nível das reservas, apesar da reversão do endividamento do setor privado no exterior.

O emprego continuou sendo o aspecto mais débil da economia equatoriana. De fato, em 2003 registrou-se um importante aumento da taxa de desemprego.

5.7 Paraguai

O PIB do Paraguai cresceu 2,5% em 2003 e, assim, recuperou-se integralmente da queda registrada em 2002. Isso se deveu, exclusivamente, à notável expansão de cerca de 12% do valor agregado no setor agrícola, facilitada por condições climáticas favoráveis, já que o conjunto das atividades não agrícolas tiveram uma leve variação negativa. Em que pese a recuperação do produto em 2003, a economia paraguaia completou seis anos de crescimento muito escasso. Neste contexto, a taxa de desemprego aberto nas áreas urbanas se elevou de 6,6% em 1998 para 14,7% em 2002, taxa que constitui um máximo histórico.

A economia paraguaia gerou um superávit em conta corrente pelo segundo ano consecutivo, ainda que inferior a 2002, graças ao bom desempenho das exportações agrícolas, sobretudo as de soja, estimuladas pelo câmbio real competitivo. O déficit do governo central passou de 3,1% em 2002 para 0,8% em 2003, devido a um significativo aumento da arrecadação tributária derivada de medidas administrativas aplicadas com o fim de reduzir a evasão fiscal e também devido a cortes nos gastos. Em um contexto sub-regional estável, o guarani se apreciou de forma moderada nos primeiros meses de 2003. Graças a sua posterior estabilidade, a inflação diminuiu de um máximo de 11% em abril de 2003 para 9,9% em novembro.

5.8 Peru

A economia peruana se expandiu 4% em 2003, enquanto que a inflação se manteve dentro do intervalo estabelecido pelo Banco Central e, no final do ano, situou-se em torno de 2%.

Graças às exportações mineiras, registrou-se o mais alto superávit comercial desde 1999. O déficit em conta corrente se manteve em torno de 2% do PIB. Como consequência da situação macroeconômica favorável e do contexto regional mais estável, o diferencial dos títulos da dívida externa baixou ao longo do ano.

O dinamismo do crescimento econômico foi freado pelos níveis de investimento privado, que continuam relativamente baixos, e pela contração dos investimentos públicos. Ademais, o impacto do crescimento no mercado de trabalho continuou limitado e tanto os salários como o desemprego registraram apenas variações modestas.

5.9 Uruguai

O Uruguai conseguiu estancar, em 2003, a persistente recessão econômica que se prolongava desde meados de 1998. Apesar de o PIB ter crescido modestamente no conjunto do ano - cerca de um ponto percentual, o nível de atividade começou a se recuperar a partir do primeiro trimestre e essa tendência foi mantida até o final do ano.

O sistema financeiro se estabilizou nos baixos níveis registrados logo depois da aguda crise do ano anterior e, em meados do primeiro semestre, o governo teve êxito em sua proposta de troca voluntária de títulos públicos por moeda estrangeira. Em junho foi firmada uma nova carta de intenções com o FMI, que abriu ao país acesso ao financiamento de organismos internacionais. Esse cenário contribuiu para reduzir a grande incerteza que havia dominado a economia uruguaia desde princípios de 2002. O principal desafio para o futuro próximo continua sendo manter um ritmo de crescimento sustentável, que permita fazer frente ao volumoso serviço da dívida em moeda estrangeira.

A reativação da produção se baseou sobretudo nas exportações, visto que o consumo interno se manteve fraco. A inflação mostrou uma queda, situando-se em cerca de 10% ao ano, e a taxa de desocupação, ainda que muito elevada, tendeu a diminuir. O aquecimento da economia permitiu incrementar as receitas fiscais, o que, com a restrição ao gasto, contribuíram para reduzir o déficit fiscal para menos de 4% do PIB. A rápida expansão das exportações e o limitado nível das importações, durante a maior parte do ano, mantiveram positivo o saldo da conta corrente externa.

5.10 Venezuela

Durante 2003, o país continuou atravessando uma complexa situação econômica e política. Em conjunto, a atividade econômica registrou uma diminuição de 9,5% em 2003 e fortes quedas do consumo das famílias e dos investimentos, este último em torno de 45%.

A paralisação provocada pelos partidos políticos de oposição e as entidades empresariais, que se prolongou de dezembro de 2002 até princípio de fevereiro de 2003, conduziu a uma brusca queda da produção e das exportações de petróleo, bem como a uma contração importante do restante dos setores da economia. Assim, a atividade retrocedeu consideravelmente no primeiro trimestre (-27,6%) e a queda da atividade petroleira foi de cerca de 50% em comparação com o ano anterior. No segundo trimestre de 2003, e em contraste com o primeiro, a recuperação parcial da atividade petroleira permitiu um relativo crescimento da economia, apesar de os demais setores não terem se recuperado no mesmo ritmo.

Esse contexto se traduziu em altos níveis de desemprego – em torno de 18% - e de informalidade, bem como em uma considerável queda das remunerações reais. O superávit em conta corrente foi superior ao obtido em 2002, principalmente como resultado do decréscimo das importações. O déficit do setor fiscal foi similar ao do ano anterior: 3% do PIB.

As perspectivas para 2004 apontam para uma recuperação significativa do crescimento atribuída, em boa parte, ao baixo nível de atividade do primeiro trimestre de 2003. As possibilidades de solução para a complexa situação política não estão claras, estando prevista a possibilidade de que se realize um referendo em começos do próximo ano.

6. MÉXICO E AMÉRICA CENTRAL

6.1 Costa Rica

Segundo as estimativas oficiais, em 2003, o PIB se levou 5,6%, em termos reais (4,4%, se excluído o setor de alta tecnologia). Esse incremento representa mais do que o dobro do previsto no início do ano de 2003. Isso se deve principalmente ao aumento das exportações, à reativação do setor agrícola, à expansão das atividades de construção, transporte, telecomunicações e energia, bem como à recuperação do turismo internacional. O dinamismo das exportações se sustentou, em grande medida, graças às vendas das zonas francas, em especial de microprocessadores, e às exportações de produtos agrícolas. Os setores que atendem à demanda interna mostraram taxas de expansão mais baixas.

6.2 El Salvador

Em 2003, a economia salvadorenha se encontrou novamente na fase de contração do ciclo econômico. O PIB aumentou 2%, de modo que o produto por habitante manteve-se virtualmente estagnado pelo quarto ano consecutivo. A economia foi favorecida pelo incremento da demanda externa pelas exportações de milho. Ademais, as remessas familiares continuaram crescendo e foram equivalentes a 14% do PIB, o que impulsionou o consumo privado. Em sentido negativo influiu a diminuição do investimento público, determinado pelo término do programa extraordinário destinado a reparar os danos dos terremotos de 2001. Apesar da abundância de liquidez e das baixas taxas de juros, o investimento privado somente mostrou uma leve recuperação, em certa medida vinculada à incerteza do período pré-eleitoral.

6.3 Guatemala

O PIB da Guatemala cresceu 2,4% em 2003, de tal maneira que o PIB *per capita* retrocedeu pelo segundo ano consecutivo. O índice de preços ao consumidor aumentou 5,8% (6,3% em 2002) e o déficit fiscal primário foi de 1,6% do PIB (1% em 2002). Esses valores se conformaram às metas estabelecidas com o FMI no marco da extensão do acordo firmado em junho de 2003, cujo principal objetivo é apoiar a estabilização econômica.

O déficit em conta corrente do balanço de pagamentos foi de 1,1 bilhão de dólares, valor similar ao de 2002 e equivalente a 4,5% do PIB. O déficit comercial de bens e serviços se manteve em torno de 2,8 bilhões de dólares, valor próximo ao registrado no ano anterior. O crescimento das transferências do exterior, em sua maioria de remessas, compensou

o aumento do déficit da balança de rendas. Mesmo assim, o aprofundamento do endividamento externo se refletiu em um incremento das reservas internacionais de 380 milhões de dólares.

O acordo com o FMI foi o elemento chave para que, apesar das pressões derivadas das eleições presidenciais, a política econômica não se descuidasse da estabilização monetária e de preços. Entretanto, o baixo investimento e a escassa geração de empregos são preocupantes e são oriundos, principalmente, do retrocesso da construção civil, da estagnação das manufaturas e das dificuldades para conseguir a reconversão agrícola.

6.4 Honduras

Logo após dois anos de estagnação e queda do produto *per capita*, a economia de Honduras mostrou sinais de reativação em 2003. O PIB se elevou 3%, traduzindo-se em um aumento do produto por habitante de 0,4%. Isso foi consequência do aquecimento da demanda, tanto interna como externa. Entretanto, esse aumento não foi suficiente para modificar o comportamento desfavorável do mercado de trabalho. Apesar da ampliação do déficit externo e fiscal, a inflação se reduziu levemente para 7,2%, em um clima de estabilidade cambial.

6.5 México

Em 2003, a inflação permaneceu baixa e a disciplina nas finanças públicas se manteve, mas não se conseguiu sair da fase de escassa expansão econômica que começou em 2001. A variação anual do índice de preços ao consumidor foi de 4%, até o mês de novembro de 2003, e o déficit fiscal de 0,6% do PIB, de acordo com as metas oficiais. No entanto, o PIB real aumentou apenas 1,2%. O investimento bruto e as exportações não petrolíferas diminuíram. O consumo público e privado se elevaram moderadamente. Desta forma, o PIB *per capita* retrocedeu pelo terceiro ano consecutivo e aumentaram o desemprego aberto e a ocupação parcial.

O ambiente externo apresentou aspectos favoráveis e desfavoráveis para a economia mexicana. O preço do petróleo elevou-se para patamares superiores às previsões oficiais e as taxas de juros baixaram. No entanto, a recuperação da economia dos Estados Unidos se traduziu em um impulso muito débil para as exportações mexicanas. A perda de competitividade internacional dos produtos do país, principalmente frente aos competidores da Ásia, vinculada à baixa produtividade do setor manufatureiro, conduziram à estagnação das exportações.

6.7 Nicarágua

Apesar da ampliação da demanda de consumo e da expansão dos investimentos públicos, o PIB se incrementou apenas 2,3% em 2003, devido à queda do investimento privado e à estagnação das exportações. Dada a taxa de crescimento populacional, o PIB *per capita* diminuiu 0,4% e acumulou uma queda de 2,3% no biênio 2002-2003. Portanto,

como em 2002, as expectativas de crescimento estabelecidas na *Estrategia Reforzada de Crecimiento Económico y Reducción de la Pobreza* não se cumpriram.

6.8 Panamá

A principal característica da economia do Panamá em 2003 foi sua moderada reativação. A expansão, de cerca de 3% - depois de um biênio em que foi inferior a 1% - foi superior ao previsto graças à demanda interna e aos serviços internacionais. Para 2004, prevê-se uma leve aceleração do PIB. A inflação continuou baixa, o déficit fiscal aumentou levemente e o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos se manteve em torno de 1% do PIB.

7. CARIBE

7.1 Bahamas

A economia das Bahamas cresceu 2%, cifra similar a 2002, e que refletiu a gradual recuperação do turismo, depois da queda de 2001. A inflação de 2,5% se acelerou levemente, enquanto o déficit fiscal e o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos se reduziram.

7.2 Barbados

A economia de Barbados exibiu um crescimento moderado (2,5%) em 2003. Como em outros países do Caribe, esse desempenho se explica, principalmente, pela recuperação do turismo, depois dos atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. A inflação aumentou levemente, devido ao maior custo dos combustíveis, enquanto que a taxa de desemprego se elevou. O balanço de pagamentos apresentou saldo positivo graças ao superávit da conta de capital e financeira, que suplantou o déficit em conta corrente. Prevê-se, em 2003, que haverá uma expansão moderada, caracterizada pelo resultado favorável das contas do governo.

7.3 Belize

A economia de Belize cresceu 4% em 2003, impulsionada, como em outros países do Caribe, pela recuperação do turismo, depois da crise provocada pelos acontecimentos de 11 de setembro de 2001. Não houve crescimento maior por causa do viés contracionista da política econômica, que teve por objetivo reduzir o elevado déficit fiscal e frear a deterioração das reservas internacionais. A inflação continuou muito baixa.

7.4 Cuba

Depois de três anos de desaceleração, a economia cubana registrou maior dinamismo: o PIB cresceu 2,6% em 2003, frente ao 1,2% do ano anterior. Esse crescimento foi impulsionado basicamente pelo incremento do turismo internacional, das remessas familiares, das exportações de bens e da reparação dos danos causados por três furacões.

7.5 Guiana

O crescimento da economia da Guiana foi modesto (1%), dado o escasso dinamismo da maioria dos setores econômicos e a carga da dívida externa. A inflação continuou baixa, mas o déficit fiscal aumentou consideravelmente. Por sua vez, o balanço de pagamentos teve um resultado adverso. Para 2004, o panorama da economia não é alentador, devido aos desequilíbrios macroeconômicos e à estagnação setorial.

7.6 Haiti

No marco de um impasse político que já dura três anos, a economia haitiana cresceu somente 0,7% em 2003 e, apesar da mudança da trajetória de queda do produto observada nos últimos dois anos, o produto por habitante retrocedeu novamente. O investimento escasso, a falta de recursos financeiros internacionais e os baixos níveis produtivos aprofundaram o círculo vicioso de reprodução da pobreza. Como resposta, as autoridades puseram em marcha, em julho de 2003, a elaboração de um documento de estratégia de luta contra a pobreza com a anuência do FMI e do Banco Mundial.

7.7 Jamaica

A economia da Jamaica teve um crescimento muito moderado em 2003 (1%), impulsionado pela expansão de 4% das exportações. O governo central registrou um déficit de 7,7% no exercício fiscal de 2002 e 2003, bastante superior à meta fixada em 4,4%. O não cumprimento deste objetivo desencadeou uma depreciação do dólar da Jamaica, fenômeno que incrementou a inflação em mais de 15%. Cresceram também os déficits do comércio de bens e da conta corrente do balanço de pagamentos, principalmente devido à evolução desfavorável dos termos de troca. Com o objetivo de recuperar a confiança dos investidores, as autoridades intervieram no mercado cambial, anunciaram uma rigorosa disciplina fiscal e implementaram uma política monetária restritiva.

7.8 República Dominicana

A contração de 1,3% da atividade econômica na República Dominicana durante 2003 provocou uma queda de 2,9% do produto por habitante, resultado sem precedentes em mais de uma década. A crise bancária que se instalou no segundo trimestre de 2003 provocou um forte aumento da incerteza e da desconfiança, uma crescente dolarização e

uma fuga de capitais considerável. As pressões sobre o mercado cambial desvalorizaram o peso e desencadearam um aumento generalizado de preços que alcançou 40,1% no mês de novembro. Para conter a deterioração do sistema financeiro, as autoridades injetaram recursos nos bancos que apresentaram problemas, o que implicou em enormes custos governamentais, em um ambiente de fortes restrições fiscais e monetárias vigentes desde fins de 2002. Apesar da queda dos gastos de consumo e de investimento de 9,8% e 12,1%, respectivamente, o aumento das remessas e a recuperação sustentada das exportações de bens e serviços evitaram que a queda da atividade fosse ainda maior. Por outro lado, ainda que o resultado da conta corrente do balanço de pagamentos fosse revertido, registrando um superávit importante, encerrou-se 2003 com um nível de reservas internacionais exíguo.

7.9 Suriname

A atividade econômica de Suriname cresceu 3,5% em 2003. A inflação continuou alta, porém inferior a do ano anterior, o comércio exterior cresceu e o desequilíbrio das contas governamentais se reduziu. Este último, junto com uma política monetária restritiva, contribuiu para estancar a desvalorização da moeda.

7.10 Trinidad e Tobago

A economia de Trinidad e Tobago cresceu durante 2003 e espera-se que continue a se expandir em 2004, impulsionada pelo dinâmico setor energético. O aumento da arrecadação fiscal, proveniente do setor produtivo, relacionado com os hidrocarbonetos, proporcionará maior gasto público em 2003. O setor da economia não relacionado com a energia continua sem decolar e a situação do emprego não teve melhoras significativas, apesar da alta taxa de crescimento econômico. A política monetária foi expansiva e orientada a estimular a demanda. As volumosas exportações vinculadas aos hidrocarbonetos permitiram reduzir o déficit do balanço de pagamentos. A moeda, por sua vez, continuou a se apreciar em termos reais.

7.11 Países da Organização dos Estados do Caribe Oriental⁶ (OECS)

Os países membros da OECS mostraram, em 2003, uma gradual recuperação (1%) liderada pelo setor de turismo, depois de dois anos de redução do nível de atividade. A inflação se manteve muito baixa. As contas fiscais se deterioraram, visto que o incremento do gasto corrente não esteve em conformidade com a evolução das receitas, em que pese a adoção de medidas para fortalecer as finanças públicas em vários países da Organização. Mesmo assim, o déficit em conta corrente aumentou. Como esse déficit não pode ser financiado em sua totalidade com fluxo de capitais externos, ocorreu a queda das reservas internacionais.

⁶ Os países membros da OECS são, a saber: Anguila, Antígua e Barbuda, Dominica, Granada, Montserrat, Saint Kitts e Nevis, Santa Lucia e São Vicente e Granadinas.